

Jurisprudência mais recente e relevante do Tribunal de Justiça da União Europeia em sede de tributação direta e indireta

17 de janeiro e 12 de fevereiro de 2025

Ação de Formação Contínua Tipo B

Destinatários: Juízas/es e Magistradas/os do Ministério Público e Outros/as profissionais da área forense com intervenção nesta área.

Objetivos: No âmbito do protocolo celebrado entre o CEJ e a Escola de Direito da UCP, estes seminários repetem o modelo que tem sido utilizado nos últimos anos, em que docentes da Universidade Católica e Juízes apresentam e elaboram sobre jurisprudência mais recente e relevante do Tribunal de Justiça da União Europeia em sede de tributação direta e indireta.

17 de janeiro e 12 de fevereiro | Lisboa | CEJ – Sala Luís Ribeiro

17 de janeiro

Jurisprudência do TJUE – Fiscalidade Direta

10h00 Abertura

10h10 **Carla Castelo Trindade**, Professora na Universidade Católica Portuguesa

10h50 **Leonardo Marques dos Santos**, Professor de Direito Fiscal e Direito Fiscal Internacional na Universidade Católica Portuguesa

11h30 **Sofia Claro**, Juíza de direito do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra

12h10 **Ricardo Seca da Costa**, Juiz de Direito do quadro complementar de juízes da jurisdição administrativa e fiscal - zona sul

12h50 Debate

Moderação:

Filipe Duarte Neves, Juiz Desembargador, Docente do Centro Estudos Judiciários

12 de fevereiro

Jurisprudência do TJUE – Fiscalidade Indireta

10h00 **Miguel Correia**, Professor Auxiliar da Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa

10h40 **Tânia Carvalhais Pereira**, Professora Convidada da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa

11h20 **Ana Pinhol**, Juíza Desembargadora, Presidente dos Tribunais Administrativos e Fiscais da zona sul

12h00 **Lúcia Henriques**, Juíza de Direito do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada

12h40 Debate

Moderação:

Filipe Duarte Neves, Juiz Desembargador, Docente do Centro Estudos Judiciários